



A TERRITORIALIDADE DAS CHEFIAS OU CACICADOS NA AMAZÔNIA NOS SÉCULOS XVI E XVII

The territoriality of the chiefdoms or cacicados in the Amazon in the 16th and 17th centuries

Felipe Ribeiro da Silva Lopes¹
Iolanda Aida de Medeiros Campos²

Resumo

O estudo examinou as territorialidades das chefias ou cacicados na Amazônia nos séculos XVI e XVII, com foco nas várzeas do rio Amazonas. Investigou-se as formas de organização, estratégias de controle territorial e interações com outros grupos étnicos e europeus. Os objetivos específicos incluíram analisar as origens e evolução das estruturas de poder, as estratégias de ocupação e controle territorial, bem como o impacto do contato com os europeus. O método dialético foi adotado, com pesquisa bibliográfica em artigos, livros e monografias. Os resultados e discussões abordaram as territorialidades dos cacicados até o contato com os europeus. O recorte temporal foram os séculos XVI e XVII, com foco no território dos cacicados nas várzeas do Rio Amazonas. Este estudo ofereceu dados sobre a dinâmica política, social e geográfica dessas comunidades indígenas durante esse período crucial da história amazônica.

Palavras-chave: Cacicados, Território, Desterritorialização e Reterritorialização, Geografia.

Abstract

The study examined the territorialities of chiefdoms or chiefdoms in the Amazon in the 16th and 17th centuries, focusing on the floodplains of the Amazon River. Forms of organization, territorial control strategies and interactions with other ethnic and European groups were investigated. Specific objectives included analyzing the origins and evolution of power structures, strategies of occupation and territorial control, as well as the impact of contact with Europeans. The dialectical method was adopted, with bibliographic research in articles, books and monographs. The results and discussions addressed the territorialities of the chiefdoms until contact with Europeans. The time frame was the 16th and 17th centuries, focusing on the territory of the chiefdoms in the floodplains of the Amazon River. This study offered data on the political, social and geographic dynamics of these indigenous communities during this crucial period in Amazonian history.

Keywords: Chiefdoms, Territory, Deterritorialization and Reterritorialization, Geography.

Introdução

O presente estudo propôs-se a analisar as territorialidades das chefias ou cacicados na Amazônia durante os séculos XVI e XVII, com enfoque nas várzeas do Rio Amazonas. O objetivo geral foi investigar as formas de organização, estratégias de controle territorial e interações com outros grupos étnicos e europeus adotadas por essas lideranças. Para tanto, foram delineados três objetivos específicos: primeiro, investigar as origens e a evolução das

¹ Graduando do curso de Geografia. Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: frsl.geo18@uea.edu.br.

² Doutora em Geografia. Professora do Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: icampos@uea.edu.br.



estruturas de poder das chefias ou cacicados nesse período histórico; segundo, analisar as estratégias de ocupação e controle territorial, incluindo as fronteiras e as relações com outros grupos étnicos; por fim, avaliar o impacto do contato com os europeus nas dinâmicas territoriais das chefias ou cacicados. O recorte temporal abrangeu os séculos XVI e XVII, enquanto o recorte espacial delimitou-se ao território dos cacicados nas várzeas do Rio Amazonas. O método adotado foi o dialético, e os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica em artigos, livros e monografias.

A Ocupação da Amazônia

Ao longo de milhares de anos, a Amazônia foi habitada por diversos povos que desenvolveram suas culturas e técnicas de sobrevivência. Eurico Miller (1980) destaca a presença humana em Rondônia desde aproximadamente 12.300 anos a.C., enquanto os Caribe, os Aruaque e os Pano já ocupavam outras regiões amazônicas nesse período. Adélia Engrácia (1983) menciona evidências de ocupação mais antiga, datando caçadores-coletores e povos especializados em coleta de mariscos e pesca por volta de 10.000 a 1.000 anos a.C.

Conforme Figueiredo (2011), a ocupação mais concreta da Amazônia ocorreu por volta de 3000 a.C., com a presença dos Tupi na região do baixo Amazonas, litoral do Salgado e ilha do Marajó. Estudos realizados pela Universidade de São Paulo, citados por Porro (1995), datam a ocupação de Iranduba e áreas próximas a Manaus a partir de 7.700 anos a.C., evidenciada por artefatos líticos, cerâmicos e grandes aterros de terra preta.

Entre 2000 a.C. e 1000 a.C., argumentam Souza (2001), Moraes e Neves (2012), Moraes (2013, 2015), os povos amazônicos experimentaram um avanço significativo, formando grandes aldeias e sociedades hierarquizadas ao longo das margens do rio Amazonas. Quando os europeus chegaram no século XVI, conforme relatos de Porro (1992, 1995), Gondim (2007), Santos (2010), Figueiredo (2011), Moraes e Neves (2012), Moraes (2013, 2015), encontraram sociedades pré-urbanas com sistemas de produção, agricultura e rituais complexos.

Segundo Antônio Porro (1995), os povos amazônicos, também chamados de "Povos das Águas", habitavam as várzeas e a terra firme, coexistindo com o ecossistema amazônico através de técnicas adaptativas. A ocupação humana nas várzeas atingiu seu ápice por volta do ano 1000 d.C., quando povos ceramistas estabeleceram grandes aldeias. Essa densa ocupação



é evidenciada por numerosos sítios arqueológicos ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, indicando a presença de sociedades organizadas em chefias regionais (Moraes; Neves, 2012).

A Expansão dos Povos Tupi

A territorialidade dos povos Tupi, como a formação dos Cacicados na Amazônia, está intrinsecamente ligada à sua história de expansão e migração dos povos do tronco tupi. Como aponta Miranda (2007), os Tupi desenvolveram sua cultura no sudoeste amazônico, tornando-se uma sociedade sedentária que se expandiu por diversas regiões da América do Sul. Essa expansão, iniciada há cerca de 2500 anos, foi impulsionada pelo crescimento demográfico e pela busca por novas áreas de manejo florestal de agricultura, conforme destacado por Ferreira (2009).

A expansão e a conquista tupi-guarani foi praticamente desde as proximidades dos Contrafortes andinos nos formadores do Rio Amazonas até as bacias do Paraguai e do Paraná, seguindo principalmente as áreas florestais. São milhares sítios arqueológicos tupis na Amazônia e próximos à costa (Miranda, 2007, p. 92).

A expansão territorial dos grupos Tupi, como observa Ferreira (2009), foi um dos maiores eventos sociais da pré-história sul-americana, abrangendo quase todos os estados brasileiros e resultando na dispersão de diferentes línguas e culturas. A Amazônia, dominada por outras sociedades, foi palco da ascensão dos Tupi, que exerceram seu domínio através da guerra e da assimilação cultural, como apontado por Miranda (2007).

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação). E uma dimensão mais concreta de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinação dos indivíduos (Haesbaert, 1999, p. 42).

A desterritorialização e reterritorialização dos povos indígenas, conforme discutido por Haesbaert (2003), foram fenômenos marcantes durante a expansão Tupi, resultando na migração de outras culturas e na formação de novos territórios. A organização social dos



Tupi, baseada em núcleos familiares e lideranças político-religiosas, conforme descrito por Ferreira (2009) e Castro (1986), foi fundamental para a coesão e expansão desses grupos.

Praticamente todo o Brasil florestal – com exceção do Planalto Central e da parte mais a norte da Amazônia – foi conquistado e ocupado por povos de origem tupi-guarani. Os conflitos e guerras eram frequentes em face do crescimento demográfico dos grupos e do seu nomadismo, num espaço cada vez mais restrito (Miranda, 2007, p. 93).

A religião desempenhou um papel central na vida dos Tupi, como destacado por Noelli (1999-2000), permeando sua organização social e influenciando sua adaptação a diferentes ambientes e culturas. Os Caminhos de Peabiru, utilizados pelos Tupi para fins comerciais e de transporte, demonstram a extensão geográfica de sua influência e interação com outros povos.

Apesar de não constituírem um estado unificado, os Tupi foram capazes de penetrar e conquistar territórios diversos, disseminando sua língua, cultura e modos de vida. A geograficidade desses povos, como ressalta Ferreira (2009), é evidente através das marcas deixadas em diferentes biomas e paisagens da América do Sul, revelando uma história rica de adaptação e interação com o ambiente. Esses povos influenciaram no modo beligerante como os Cacicados se organizaram geograficamente na Amazônia, muitos dos povos de matriz tupi formaram cacicados ao longo do rio Amazonas. Destacando os Omágua, Machifaro-Aisuare, Yorimáguas, Paguana e os Tapajós que foram descritos como povos com extenso domínio territorial nas várzeas dos rios.

Os Cacicados, chefias da Amazônia dos séculos XVI e XVII

Os cacicados, conforme descrito por Steward (1948), representam um estágio evolutivo importante na formação de sociedades complexas antes da constituição de Estados, onde o poder político e religioso começa a se consolidar, levando à estratificação social (Arcuri, 2007). Esse processo de evolução é marcado por diferentes estágios, desde grupos nômades até sociedades estratificadas, como demonstrado nas pesquisas antropológicas sobre os povos amazônicos (Arcuri, 2007). Essa evolução é influenciada pela organização geográfica e significados atribuídos ao espaço, conforme aponta Sack (1986). Corresponde à



territorialidade exercida no território das várzeas pelos povos que formavam os Cacicados. A disputa pela chamada "terra sagrada" era constante por meio dos conflitos.

A organização espacial dessas sociedades, conforme discutido por Sack (1986), está intimamente ligada ao contexto sócio-histórico e à territorialidade, refletindo os modos de acesso e as relações entre as pessoas (Sack, 1986). Essa complexidade territorial é evidente nos cacicados amazônicos, onde a densidade populacional e a organização política se desenvolviam ao longo das margens dos rios, criando aglomerados pré-urbanos (Arcuri, 2007).

Os estudos antropológicos, como os de Arcuri (2007), destacam a importância do conceito de cacicado na compreensão da organização social e política dos povos amazônicos, revelando os diferentes estágios de evolução, desde grupos nômades até sociedades complexas estratificadas. Essa evolução é influenciada por fatores ambientais, como discutido por Machado (2006), que aponta para a relação entre a organização espacial e as condições naturais da região amazônica (Machado, 2006).

Por meio de relatos de cronistas europeus do século XVI e XVII, como destacado por Porro (1995) e Figueiredo (2011), é possível observar evidências da existência de sistemas políticos centralizados nos cacicados amazônicos. Esses relatos corroboram a complexidade das sociedades indígenas na região, que desenvolveram culturas próprias e estruturas políticas distintas, adaptando-se ao ambiente e disputando o acesso aos recursos naturais (Porro, 1995; Figueiredo, 2011).

Portanto, os cacicados amazônicos representam uma importante fase na evolução das sociedades humanas, evidenciando a complexidade das relações sociais e políticas, bem como a adaptação desses povos ao ambiente amazônico ao longo do tempo (Steward, 1948; Arcuri, 2007; Porro, 1995; Figueiredo, 2011; Machado, 2006).

Metodologia

A metodologia, como indicado por Gil (2010), é crucial para direcionar a pesquisa, fornecendo os meios necessários para alcançar seus objetivos. Gil (2010) define o método científico como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para obter conhecimento, enquanto Marconi e Lakatos (2003) o descrevem como um conjunto sistemático e racional de atividades que levam a um conhecimento científico validado. A



análise das teorias de território e territorialidade, conforme proposto por Sack (1986), destaca o papel das relações de poder e controle na construção social e simbólica do território. Por outro lado, Haesbaert oferece conteúdo sobre os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, mostrando como as comunidades, como os Cacicados, respondem às pressões externas sobre seus territórios. Ao aplicar essas teorias ao caso dos Cacicados, compreendemos sua luta não apenas por território físico, mas por reconhecimento cultural e soberania. O método dialético, conforme discutido por Sposito (2004) e Gil (2010), é empregado nesta pesquisa, destacando a contraposição de ideias e a busca por síntese para desenvolver novas teorias (Gil, 1999).

A Amazônia organizada territorialmente em Cacicados

De acordo com estudos antropológicos e históricos, as organizações indígenas na Amazônia pré-colonial desenvolveram culturas distintas, estabelecendo redes de trocas e grandes aldeamentos densamente povoados. Essas comunidades, adaptadas à convivência com a natureza e outros grupos étnicos vizinhos, buscavam garantir o acesso aos recursos naturais, especialmente às várzeas e aos rios, por meio de alianças e, em alguns casos, conflitos.

As Chefias ou Cacicados, estruturas políticas dessas sociedades, concebiam o território e a região como categorias geográficas fundamentais. As várzeas eram disputadas intensamente, consideradas não apenas vitais para a subsistência, mas também "sagradas". Além disso, muitos cacicados exerciam influência política sobre seus vizinhos e áreas circundantes, estabelecendo alianças ou subordinando outros grupos. Segundo Figueiredo (2011), os assentamentos indígenas eram frequentemente localizados ao longo dos cursos de água, sendo denominados "províncias" nos registros históricos para delimitar os domínios territoriais dessas comunidades (Porro, 1992; 1995; 2007).

O cacicado, como forma de organização política em algumas sociedades pré-colombianas, e as teorias de território de Robert Sack (1986) convergem em diversos pontos, especialmente quando se analisa a relação desses povos com as várzeas e margens dos rios. Segundo as ideias de Sack (1986), o território não é apenas um espaço físico delimitado, mas também uma construção social e cultural, moldada pelas práticas e significados atribuídos pelos grupos humanos. Nesse contexto, os cacicados exerciam uma territorialidade intensa



sobre as áreas ribeirinhas, utilizando esses espaços para a agricultura, pesca, comércio e habitação. As várzeas e margens dos rios não eram apenas fontes de recursos materiais, mas também lugares carregados de significados simbólicos e políticos, fundamentais para a identidade e coesão social dos "povos das águas".

A territorialidade dos Omáguas

Os Omáqua, também conhecidos como Kambeba, foram identificados como parte da Província de Aparia no século XVI, ocupando uma extensa área desde o baixo rio Napo até a região dos rios Javari e Içá, conforme descrito por Figueiredo (2011). Suas aldeias, compostas por cerca de vinte povoados com cinquenta casas cada, estendiam-se ao longo dos rios Napo, Solimões e Amazonas, abrangendo aproximadamente 600 quilômetros de território, como afirmado por Porro (1992; 1995).

Omáguas-numerosa e dilatada tribo indígena que o mapa do padre Fritz assinala à margem superior do Amazonas, na ação em que este corre, com inflexões variadas, entre os rios Napo e Japurá. Foi outrora uma nação poderosa e forte. O país dos Omáguas era uma das regiões em que a tradição situava o incerto e famoso El Dorado, sonho constante dos que vinham à conquista da América (Garcia, 1912 apud Pinto, 2006, p. 67).

A autoridade dos Omáqua era centralizada na aldeia principal, localizada na boca do rio Javari e conhecida como Aparia Grande, onde o chefe, chamado Tururucari, exercia um poder comparado ao de um monarca por Carvajal (citado por Porro, 1992). Vestindo roupas de algodão e usando joias de ouro provenientes do comércio com outros povos, os Omáqua mantinham uma estrutura social hierárquica, com caciques menores que governavam sob a autoridade de Tururucari, conforme observado por Carvajal (citado por Porro, 1992).

A ocupação territorial dos Omáqua na Amazônia peruana e equatoriana remonta aos séculos IX e X d.C., de acordo com datações com Carbono 14, sugerindo uma migração rio acima mais antiga do que se pensava inicialmente, conforme aponta Silva (2012). A figura de Tururucari ainda é relevante na herança cultural dos Kambeba, sendo reverenciada como uma divindade e líder político que simbolizava o auge da sociedade Omáqua sobre seu território, como destacado por Silva (2012).

De acordo com as pesquisas de Rodolfo Garcia (2006), os habitantes conhecidos como Omáguas ou Kambeba eram reconhecidos por sua destreza na navegação dos rios e igarapés



da região amazônica, além de ser costume entre eles a prática de moldar os crânios das crianças na infância, resultando na característica física que lhes conferiu o nome "Cabeça Chata". No século XVII, o padre Cristóbal de Acunã e Mauricio de Heriarte descreveram as províncias dos Omáguas como expansivas, dominando vastos territórios ao longo dos rios Napo e Amazonas/Solimões, mantendo uma área despovoada como buffer zone para proteção territorial.

Os Omágua/Kambeba viviam em contínuo estado de guerra com as tribos vizinhas do interior. Para a defesa, as aldeias eram cercadas de paliçadas ou localizadas em ilhas, onde ficavam inacessíveis aos habitantes da terra firme que não possuíam canoas. As incursões eram movidas pelo desejo de vingança ou de adquirir escravos (Silva, 2012, p. 73).

Segundo as observações de estudiosos, os Omáguas eram considerados uma das sociedades mais avançadas da Amazônia, com aldeias bem estruturadas, participando ativamente do comércio com outras tribos e desenvolvendo técnicas de manejo da seringueira, além de produzirem utensílios em cerâmica. Suas habitações seguiam um padrão linear, construídas com madeira de cedro e cobertas com palmeiras, proporcionando espaço para abrigar grandes famílias e mantendo uma organização defensiva diante das constantes hostilidades com tribos vizinhas, como os Machifaro-Aisuares.

O contato com os exploradores europeus e as consequentes epidemias de doenças, juntamente com as incursões de resgate e guerras justas promovidas pelos colonizadores, levaram ao declínio da população e da estrutura social dos Omáguas ao longo dos séculos. No século XX, muitos se misturaram a outras populações, renegando sua identidade étnica, mas movimentos de reafirmação indígena na década de 1980 incentivaram os Kambeba a resgatar sua cultura e língua, culminando na fundação de aldeias ao longo do Rios Napo, Amazonas e rio Negro (Silva, 2012).

A territorialidade dos Machifaro-Aisuari

Porro (1995) descreve que os domínios do Machifaro ou Aisuari, como referidos nos séculos XVI e XVII, abrangiam uma extensão de 220 quilômetros ao longo da margem direita do rio Amazonas, desde a foz de Tefé até Coari, enquanto a margem esquerda não tinha sua extensão determinada. As aldeias dos Machifaro-Aisuare se estendiam praticamente de forma



contínua por todo esse território, conforme relatado pelo cronista frei de Carvajal, que afirmou que "não havia de uma aldeia a outra um tiro de balestra, e as mais distantes não estariam a mais de meia légua, e houve aldeia que durou cinco léguas sem intervalo de uma casa a outra" (Carvajal apud Porro, 1995, p. 51).

No século XVII, conforme destacado por Porro (1995) e Barroso (2016), os Machifaro expandiram seus domínios em 100 a 120 quilômetros além do território observado no século anterior, ocupando a Buffer Zone entre eles e os Omáguas, com quem mantinham conflitos territoriais. Este período também testemunhou um enfraquecimento do domínio dos Omáguas devido às incursões portuguesas em seu território. Os habitantes da Província de Machifaro passaram a ser conhecidos por diferentes etnônimos ao longo do tempo, como Curuzirari, Carapuna e Aisuari, de acordo com registros de cronistas do século XVII, mas o etnônimo Aisuari foi o que prevaleceu historicamente.

Barroso (2016) descreve a prática tradicional dos Machifaro de conservação de alimentos por meio da secagem ao sol, destacando seu uso tanto para a alimentação quanto para o comércio Inter étnico. Porro (1995) complementa essa observação, detalhando as relações comerciais dos Machifaro, que incluíam o fornecimento de itens como lâminas de ouro, raladores de mandioca e redes de miriti para povos vizinhos. Além disso, Barroso (2016) relata o manejo de tartarugas pelos Machifaro, tanto para alimentação quanto para comércio, destacando a existência de mais de seis mil tartarugas mantidas em lagunetas.

Os Machifaro-Aisuares, apesar de sua reputação guerreira, mantinham relações comerciais harmoniosas com outros povos, especialmente os do rio Uaupés, que forneciam ouro, urucu, redes de miriti e tacapes. Essas habilidades no comércio interétnico conferiam aos Machifaro riquezas de diversos materiais valorosos. Frei de Acunã e Frei Samuel Fritz atribuem à aldeia principal dos Machifaro, Quirimataté, o título de "aldeia do ouro", devido à abundância desse metal e ao uso de brincos de ouro por seus habitantes. Diogo Nunes (1615 apud Porro, 1995) descreve os caminhos de troca utilizados pelos povos, que se estendiam até os Andes, evidenciando a extensão e a importância das rotas comerciais estabelecidas pelos Machifaro.

[...]mercadores e viajantes que iam e vinham das províncias de terra adentro a comerciar com os das províncias de Machifaro e outras vizinhas, e o comércio era de cerâmica e peixe, que o havia muito na província de Machifaro, por lâminas e



enfeites de ouro e outras coisas de estimação da terra (Diogo Nunes 1615 apud Porro, 1995, p. 81)

As trocas comerciais entre diferentes povos na região eram fundamentais para a sobrevivência, como destacado pelo frei de Acuña ao mencionar a cerâmica dos Machifaro, que era amplamente negociada com outras nações necessitadas desses produtos. Essas cerâmicas, que incluíam frigideiras, panelas, jarros e bacias decoradas, representavam um trato comum entre os povos, conforme relata Ugarte (2009). No entanto, mesmo com essa interdependência econômica, as disputas territoriais persistiam, como evidenciado pela longa rivalidade entre os Machifaro e os Omáguas. Carvajal descreve uma aliança entre os Omáguas e os Yorimágua para combater outros senhores da região, principalmente os Machifaro, destacando a constante ameaça de ataques às expedições europeias, que muitas vezes enfrentavam indígenas habilidosos em batalha e bem equipados com arcos, flechas e tambores de guerra (Porro, 1995). A expedição de Orellana testemunhou de perto essa dinâmica complexa de comércio e conflito nas várzeas amazônicas.

Território do Yoriman ou Yorimágua

De acordo com os relatos históricos, a área adjacente ao domínio dos Machifaro-Aisuares era ocupada pelo povo Yoriman ou Yorimágua, cujo território se estendia desde a Foz do rio Purus por aproximadamente 250 quilômetros ao longo da margem esquerda até a região de Codajás (Porro, 1995). Embora inicialmente tenham sido denominados Yorimágua por Francisco Orellana no século XVI, posteriormente passaram a ser conhecidos como Yoriman, conforme registros do século XVII. Muitas de suas aldeias estavam concentradas na área correspondente ao atual município de Codajás e eram densamente povoadas, com numerosas moradias.

No período inicial do século XVI, os cronistas consideravam os Yoriman ou Yorimágua como possíveis parentes dos Aparia ou Omágua, devido a semelhanças culturais e técnicas (Porro, 1995). No entanto, no século XVII, observou-se que sua língua e cultura eram distintas, além de evidências geográficas indicarem que se tratava de um grupo distinto. Segundo Porro (1995), a língua dos Yoriman era incompreensível para os europeus, ao contrário da língua dos Omáguas. Além disso, mantinham relações comerciais favoráveis com



os povos vizinhos, tanto das áreas alagadas quanto da terra firme. Carvajal destaca que essa relação comercial era impulsionada pela habilidade dos Yoriman na produção de cerâmica, especialmente em sua principal aldeia conhecida como "Aldeia da Louça", onde suas manufaturas eram consideradas "as melhores do mundo" (apud Porro, 1995, p. 53). Outros aspectos que chamavam a atenção dos viajantes eram os brincos de ouro ostentados pelos habitantes, as cerimônias festivas e os grandes ídolos feitos de fibras trançadas que decoravam as aldeias (Porro, 1995).

Segundo Porro (1995) e Ugarte (2009) por mais que as crônicas não evidenciem elementos que permitam relacionar essa província com povos historicamente conhecidos a posição geográfica descrita leva crer se tratar dos Yoriman do médio Solimões, e como também ficou conhecido em todo alto Amazonas brasileiro. Como comenta Antônio Porro a seguir a origem do nome Solimões.

Diga-se aqui, de passagem que Solimões, significa para alguns autores antigos rio dos venenos, nada mais é que uma curiosa convergência linguística: solimão, latim sublimatum, era o nome popular do sublimato corrosivo (bicloredo de mercúrio) e, por extensão, qualquer poção venenosa, que os eruditos do século XVIII associaram às flechas envenenadas de algumas tribos do Rio Amazonas (Porro, 1995, p. 53).

O frei de Acuña os chama em suas crônicas de “a mais conhecida e belicosa nação de todo o rio Amazonas” (apud Porro, 1995, p. 53). A citação do frei de Acuña, como apresentada por Porro (1995), destaca os Yoriman como uma nação notória e belicosa ao longo do rio Amazonas. Essa designação ressalta o caráter guerreiro e destemido desse grupo em relação aos seus vizinhos e territórios circundantes. O adjetivo “belicoso” sugere uma disposição constante para o combate e uma reputação de bravura militar. Portanto, a expressão utilizada pelo frei de Acuña evidencia não apenas a notoriedade, mas também a postura agressiva dos Yoriman na defesa e expansão de seus territórios na Amazônia, fornecendo informações valiosas sobre a dinâmica histórica, geográfica e cultural da região. Esse povo exercia sua territorialidade pelo conflito.

Seus povoados como observaram os cronistas se estendiam por quilômetros. Havia grandes casas comunais onde moravam, afirma Acuña “quatro, cinco e muitas vezes mais” (apud Porro, 1995, p. 54). Essas grandes aldeias eram descritas como fartas em alimentos



devido ao intenso comércio de trocas com os povos vizinhos como os Omáguas com quem mantinham uma aliança para combater contra outros cacicados.

De acordo com Lopes (2018), os Aisuari, juntamente com outros grupos, constituíam a cultura cerâmica policroma do médio Amazonas, que se espalhava pela Amazônia oriental, desde o alto rio Madeira até o rio Napo, indicando uma extensa rede de comércio interétnico. Esses povos mantinham contato com comunidades vizinhas e até mesmo com grupos mais distantes nos Andes. No século XVII, foram contatados pela expedição de Bartolomeu Bueno de Ataíde (1651), na busca pelo "Rio do Ouro", identificado por Porro (1995) como o rio Japurá ou seus afluentes. Em 1670, resistiram bravamente à primeira expedição de resgate, conforme relato de Betendorf, que observou que "retiraram-se para o mato e não deram escravos nenhum" (apud Porro, 1995, p. 54).

Duas décadas depois, conforme registrado pelo Padre Samuel Fritz (1689), estavam localizados 300 km rio acima, convivendo com os Aisuari próximo aos Omáguas. Nesse período, foram catequizados por Fritz, que estabeleceu a missão Nossa Senhora das Neves dos Yorimáguas, na aldeia do chefe Mativa, próximo ao município de Fonte Boa. Embora brevemente existente, a missão foi refundada pelos monges carmelitas. Além disso, havia duas aldeias dos Yoriman conhecidas como Guapapaté, na foz do Japurá, e Macuya, na ilha de Macuapanim. Nos séculos seguintes, os Yoriman foram alvo de várias expedições de resgate, epidemias e guerras justas, que resultaram na diminuição de sua população até sua completa desagregação em meados do século XVIII.

O território dos Paguana

De acordo com Porro (1995), localizados à margem direita do rio Amazonas, próximo à região de Codajás e à foz do rio Purus, cerca de 100 quilômetros acima do rio Negro, existia, segundo Carvajal, "outra terra de outro senhor chamado Paguana" (apud Porro, 1995, p. 54). Carvajal descreve essa província como altamente populosa, observando grandes aldeias contíguas que se estendiam ao longo de 150 quilômetros, aparentando ser apenas duas devido à densidade de casas e pessoas, algumas das quais tão próximas que pareciam bairros. Em sua narrativa, ele menciona a primeira aldeia, chamada por ele de "Aldeia dos Bobos" devido ao comportamento pacífico de seus habitantes, localizada próxima à foz do rio Purus, com cerca de duas léguas de extensão, o que, segundo Porro (1995), corresponde a



aproximadamente 5 quilômetros pelas medidas de léguas da época. A segunda aldeia foi apelidada de "dos Viciosos" devido ao caráter belicoso e indiferente de seus habitantes. Carvajal descreveu esta aldeia como muito grande, com "muitos bairros, cada um com seu próprio porto e todos lotados de índios; estendia-se por mais de duas léguas e meia e tinha muitos pomares e mais de cinquenta casas" (apud Porro, 1995, p. 54-55).

De acordo com as crônicas dos espanhóis, a região era bastante populosa e repleta de aldeias, como mencionado por Carvajal, que relatou ter passado por vinte aldeias em um único dia (citado por Porro, 1995, p. 55). Carvajal também descreveu a presença de lhamas e abundância de prata, proveniente do Peru. Ele expressou incredulidade quanto à presença de povos andinos entre os habitantes do rio Amazonas, atribuindo a presença desses animais e metais preciosos ao comércio regular entre as sociedades andinas e amazônicas. No século XVII, os habitantes da região eram chamados de Cuchiaguara, nomeando o rio Purus. Na mesma época, outras tribos, como os Caripuna e Zurina, que dominavam técnicas de entalhe em madeira, habitavam os lagos de Manacapuru, estendendo-se ao norte até o baixo rio Negro. Existiam também grupos de várias tribos, denominados Carabuyana por Frei de Acuña, que destacaram a riqueza de recursos na região, incluindo o intenso comércio e cultivo tanto na várzea quanto na terra firme, especialmente de cacau, usado na produção de uma bebida fermentada utilizada em rituais, conforme observado por Heriarte e Acuña.

Para Heriarte (1874) na Obra de Porro (1992; 1995; 2007) relata que a sociedade dos Paguana era caracterizada pela presença de uma variedade de ídolos de madeira em suas casas, acompanhada por uma influência significativa de feiticeiros que desempenhavam papéis sacerdotais. Algumas dessas comunidades também praticavam rituais que incluíam a antropofagia. Os relatos das crônicas sugerem que essas comunidades estavam majoritariamente sob a influência dos Paguana.

De acordo com as pesquisas arqueológicas na região amazônica, os Paguana constituíam um cacicado multiétnico. Essas descobertas foram feitas em sítios arqueológicos nos municípios de Iranduba, Manacapuru e áreas adjacentes a Manaus. Evidências indicam uma diversidade cultural significativa nessa região, com diversas etnias adotando modelos de organização social semelhantes por meio de associações, alianças ou conflitos, submetendo-se à autoridade de uma grande aldeia central próxima à foz dos rios Purus e Negro (Porro, 1995).



As escavações arqueológicas revelaram práticas de manejo animal pelos Paguana, incluindo a construção de tanques artificiais para a criação de peixes, quelônios e anfíbios, além de evidências de caça de jacarés, mamíferos e pequenos roedores. Cerâmicas de diversas fases como Guarita, Paredão, Manacapuru, Borba, Axinim e Curralinho, foram descobertas, formando o que é conhecido como a Cultura Cerâmica da Amazônia Central, de acordo com as pesquisas de Moraes e Neves (2012) e Moraes (2015). As antigas aldeias circulares, cercadas por valas defensivas, indicam conflitos territoriais entre os povos amazônicos, corroborando os relatos dos cronistas dos séculos XVI e XVII sobre a densa ocupação humana e os conflitos na região da várzea amazônica.

Os Territórios do Tapajós

Segundo Porro (1995) desde a região do baixo curso do rio Nhamundá até do Tapajós, seguindo pelo Trombetas e estreito de Óbidos, as duas margens do rio Amazonas foram descritas por frei de Carvajal como uma grande província unificada que recebeu o nome de São João do Tapajós, por ter sido avistada no dia 24 de junho. “As duas faixas ribeirinhas estavam pontilhadas de aldeias, mas os maiores assentamentos estavam recuados umas duas léguas pelo interior e são definidos como grandes cidades” (Carvajal apud Porro, 1995, p. 58).

No século XVI e XVII, as crônicas destacaram aspectos da paisagem cultural da região de Santarém, central para os Tapajós, que, como mencionado por Lima (2018), exerciam influência em áreas como Santarém, Juruti e Prainha, onde diversas etnias estavam integradas ao sistema de chefias regionais. Carvajal, embora não especifique quais grupos indígenas faziam parte do centro político tapajônico, fornece observações culturais, topográficas e de ocupação humana na região, conforme Porro (1995) e Lima (2018) apontam. As crônicas também descrevem a aldeia principal dos Tapajós, estendendo-se desde o morro da Fortaleza até a área do atual porto de Santarém, onde eram produzidos itens de grande importância cultural, doméstica e ritualística, conforme Betendorf (1910) e Heriarte (1874) mencionam.

De acordo com Porro (1995), Mauricio de Heriarte, no século XVII, observou que tribos da bacia do rio Nhamundá até o Trombetas eram subordinadas à chefia Tapajônica, considerando os Tapajós como "nobres" devido ao seu domínio na região. Carvajal, no século XVI, nomeou toda a região habitada pelas tribos de Couynco, como registrado por frei,



enquanto a expedição de Aguirre em 1561, descrita por Porro (1995), acampou em uma aldeia chamada enxárcia, abaixo do estreito de Óbidos, que ofereceu manutenção aos barcos da expedição. As crônicas também mencionam relatos das famosas amazonas do rio Nhamundá, conforme ouvido pelo frei de Acunã, destacando-as como mulheres guerreiras que exerciam autoridade sobre outras tribos da região, como os Condúri, Apanto e Carcará.

Acunã também menciona uma visita a uma aldeia Tapajós, possivelmente localizada na área de Santarém, onde ele relata a presença de mais de quinhentas famílias. Heriarte descreve a organização das aldeias em povoados menores de vinte ou trinta casas comunais, cada um liderado por um chefe subordinado a um chefe principal, um nobre guerreiro que governava sobre todos, como afirmado por Heriarte (1874, apud Porro, 1992, p. 189).

Segundo Porro (1992), Heriarte estimou em suas crônicas que os Tapajós tinham uma força de 60 mil guerreiros prontos para a guerra, sugerindo uma população em torno de 250 mil pessoas em seus domínios, além de descrever a presença de nobreza e rituais de culto aos ancestrais. Os povos Tapajós desenvolveram uma cultura cerâmica policroma elaborada e demonstraram habilidades em outras técnicas, como observado por Betendorf (apud Porro, 1992, p. 189). Estudos arqueológicos recentes e antigos indicam modificações significativas no planalto santareno/belterrense durante o período pré-colonial tardio e colonial, incluindo o adensamento de aldeias e a realização de obras de engenharia utilitária, como construção de estradas e escavação de poços, conforme mencionado por Lima (2018, p. 128).

Segundo Lima (2018) os Tapajós tinham sua estratificação social associada a produção de cerâmica que incluíam vasos, e louças antropomórficas e zoomórficas, assim como os objetos verdes chamados Muiraquitãs em diversos estágios de manufatura. Em pesquisas arqueológicas mais recentes apontam a existência de pedreiras de arenito e óxido de ferro, estas ficavam a 5 quilômetros de antigas oficinas de produção lítica encontrada em um sítio arqueológico no Porto de Santarém. Essas produções cerâmicas eram utilizadas nas redes de trocas que se estendiam além dos domínios Tapajós.

Essas redes de trocas para Lima (2018) ocorriam desde o alto Amazonas até a foz na ilha do Marajó, ligavam-se ao Nordeste brasileiro onde os povos Tupi controlavam essas redes de longas distâncias que seriam fonte de matéria-prima, bem como de produção e distribuição de itens como os muiraquitãs. Essa circulação é comprovada pelos achados de



itens produzidos pelos Tapajós em sítios de aldeias lacustres no estado do Maranhão, como em áreas do rio Xingu e Tocantins, na costa do Amapá e nas áreas próximas as Guianas.

Para Lima (2018) havia um fluxo de troca entre os povos amazônicos que era multidirecional alcançando regiões distantes que seriam consideradas sem contato com povos amazônicos como comenta a seguir.

Esses fatos dialogam com ideia de fluxo multidirecional de pessoas, ideias, matérias-primas e produtos, inclusive na forma de muiraquitãs e cerâmicas produzidas na área de Santarém e transportes para as regiões da costa setentrional e oriental amazônica, por meio das redes de interações sociais de curtas, médias e longas distâncias, como demonstra no trabalho Gift of the Amazon, que assinala a presença de muiraquitãs na costa oriental brasileira (Boomert, 1947 apud Lima, 2018, p. 133).

Essa quantidade relativamente grande de informações arqueológicas e históricas apontam um grau elevado de desenvolvimento dos cacicados Tapajônicos sendo este um polo de domínio político, com uma elevada estratificação social, organização espacial muito relevante visto que esse povo se desenvolveu por toda a região de Santarém. Deixando uma rica diversidade de itens líticos e cerâmicos. Assim como modificaram a paisagem amazônica que pode ser comprovada pela quantidade muito grande de terras pretas antropogênica na região. Evidenciando uma ocupação humana muito antiga e muito grande por uma centena de séculos até o início do período colonial brasileiro, a partir desse período a escravidão, as epidemias, as expedições de resgate e guerra justa iniciariam o rápido processo de destruição cultural, social e espacial dessa sociedade amazônica.

O contato com as expedições exploratórias: desterritorialização e reterritorialização dos Cacicados e sua extinção

As expedições exploratórias lideradas por Orellana (1542), Pedro Úrsua e Lopo de Aguirre (1560-1561) e Pedro Teixeira (1637-1639) foram cruciais para abrir caminho à exploração europeia na Amazônia. Inicialmente sob domínio espanhol, a região passou para as mãos portuguesas após os eventos da União Ibérica (1580). A exploração das "drogas do sertão" e a escravização dos povos nativos foram práticas comuns adotadas pelos portugueses



para consolidar seu império na Amazônia, conforme discutido por Porro (1995), Figueiredo (2011).

A chegada dos missionários cristãos, como os jesuítas, mercedários e carmelitas, trouxe consigo a imposição da fé cristã, muitas vezes acompanhada de violência e epidemias que dizimaram as populações nativas, como descrito por Figueiredo (2011). As guerras justas e as expedições de resgate também contribuíram para a diminuição da população indígena.

Os cacicados amazônicos, como os Omáguas e os Tapajós, enfrentaram um rápido declínio social e territorial devido à pressão da colonização europeia e às doenças introduzidas pelos colonizadores. A desestruturação dessas sociedades levou ao abandono de seus territórios e à perda de suas tradições culturais, como observado por Silva (2012).

Os Yorimáguas e os Tapajós, outrora poderosos e senhores de vastas terras, foram progressivamente enfraquecidos pelos ataques das tropas europeias e pelas epidemias, levando à sua extinção ou dispersão. A história desses povos é marcada pela resistência e pela luta pela sobrevivência em meio à pressão colonizadora, como documentado por Porro (1992) e Santos (2010).

A inclusão do elemento europeu na geopolítica amazônica resultou na dissolução dos cacicados e no extermínio de diversas comunidades indígenas. Apesar disso, os estudos arqueológicos continuam a revelar a complexidade e a riqueza das sociedades que habitavam a Amazônia antes da chegada dos europeus, como discutido desde o século XIX por vários pesquisadores. Os textos apresentam exemplos claros dos conceitos de desterritorialização e reterritorialização no contexto dos cacicados amazônicos.

A desterritorialização é evidente no processo pelo qual esses povos são forçados a abandonar seus territórios tradicionais devido à pressão da colonização europeia, guerras justas, epidemias e ataques de tropas de resgate. "é tratada como uma das marcas fundamentais de nosso tempo" (Haesbaert, 2003, p. 113). Esse fenômeno é ilustrado pelo declínio espacial dos Omáguas, Tapajós e Yorimáguas, que foram obrigados a se afastar de suas terras ancestrais em busca de segurança e sobrevivência.

[...] sempre tiveram no conceito de território e nos processos de desterritorialização e reterritorialização importantes ferramentas para o entendimento não apenas nas questões filosóficas, mas também das práticas sociais e na construção de um efetivo projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção da subjetividade (Haesbaert; Bruce, 2002, p. 11).



Por outro lado, a reterritorialização é observada quando esses povos, mesmo após perderem seus territórios originais, procuram estabelecer novos locais de residência e identidade. Um exemplo disso é a migração dos Omáguas para regiões próximas a São Paulo de Olivença no século XVIII, como uma tentativa de preservar sua cultura e sobreviver às pressões coloniais. No entanto, esse processo muitas vezes envolve a perda de raízes culturais e a adoção de novas línguas e práticas impostas pelos colonizadores, como o abandono da língua nativa em favor do português ou do nheengatu, conforme mencionado no texto.

O conceito de desterritorialização de Rogério Haesbaert (2002, 2003, 2009) pode ser relacionado ao processo degradativo dos Cacicados Amazônicos nos séculos XVI e XVII. A invasão europeia na região trouxe consigo a desestruturação dos sistemas sociais e territoriais desses povos indígenas, resultando em uma perda significativa de controle sobre seus territórios tradicionais.

A exploração desenfreada, a violência da conquista, a propagação de doenças e a imposição da escravidão contribuíram para a desterritorialização dessas comunidades, que foram forçadas a abandonar suas terras ancestrais em busca de segurança e sobrevivência. O processo de reterritorialização ocorreu à medida que esses povos procuravam novas áreas para se estabelecer, reconstruindo parcialmente suas identidades territoriais em meio às adversidades impostas pelo colonialismo europeu. Esses conceitos ajudam a compreender a dinâmica complexa das interações entre os povos indígenas e os colonizadores europeus na Amazônia, destacando tanto os impactos devastadores da colonização quanto às estratégias de resistência e adaptação adotadas pelos povos indígenas em meio às mudanças territoriais e culturais.

Considerações Finais

A geograficidade dos povos originários da Amazônia está sendo revelada por meio dos estudos arqueológicos, antropológicos e etno-históricos essas pesquisas descrevem uma Amazônia geograficamente intensa onde a disputa pelo território vem moldando a ocupação humana a milhares de anos na região. Os cacicados como sociedade organizadas exerciam poder territorial sobre as várzeas e demais terras que tinha acesso aos rios fonte de alimentos e fluxo de contato entre os diversos povos que habitavam a Amazônia.



A análise da territorialidade das chefias e cacicados na Amazônia durante os séculos XVI e XVII ressalta a profunda conexão entre os povos das águas e o ambiente ao seu redor. A expansão tupi e a subsequente colonização europeia desencadearam processos de desterritorialização, forçando comunidades indígenas a se adaptarem a novas dinâmicas territoriais e sociais. No entanto, é notável a capacidade desses povos em se reterritorializarem, reinventando suas relações com a terra e a água para preservar suas identidades e modos de vida. Esses fenômenos não apenas evidenciam a resiliência dos povos originários da Amazônia, mas também contribuem significativamente para uma compreensão mais ampla da geograficidade dessas sociedades, destacando a importância de suas práticas territoriais na construção e manutenção de suas culturas ao longo do tempo.

Referências bibliográficas

- ARCURI, Marcia. Tribos, Cacicados ou Estados? A dualidade e centralização da chefia na organização social da América pré-colombina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo-SP, v. 17, p. 305-320, 3 dez. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89795>. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Acesso em: 30 out. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo-SP: Edições 70, 2011.
- BARROSO, Delvani da Silva. **A visão dos europeus sobre a província dos machifaros-aisuares descritas nas crônicas de viagem século XVI-XVII**. 2016. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Estudos Superiores de Tefé-CEST, Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Tefé-AM, 2016.
- CARNEIRO, Robert L.; SCHAAN, Denise Pahl. A base ecológica dos cacicados amazônicos. **Revista de Arqueologia**, v. 20, n. 1, dez. 2007. ISSN 1982-1999. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rsKM6Revista de Arqueologia>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- CARVAJAL, Frei Gaspar de. Relatório do Novo descobrimento do Famoso Rio Grande Descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana. In: GIUCCI, Guillermo. **Introdução e notas: Relatório do Novo descobrimento do Famoso Rio Grande Descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana**. Brasília - DF: scritta/embaixada da Espanha, 1992.
- CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. **Araweté**: os deuses canibais. Rio de Janeiro-RJ, Jorge Zahar/ANPOCS, 1986.



- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis-SC, Ed. da UFSC, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 7. ed. São Paulo-SP: Ática, 2000.
- DENEVAN, William. **Cultivated Landscapes of Native Amazonia and the Andes**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- FERNANDES, F. **A Organização Social dos Tupinambá**. São Paulo-SP, Hucitec, 1998.
- FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. **História do Amazonas**. Manaus-AM: Editora Valer, 2011.
- FLICK, Ulrich. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre-RS: Artmed, 2009.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza-CE: UEC, 2002.
- GIL, Anônio Carlos. **Métodos e técnicas de ciências sociais**. 2. ed. São Paulo-SP: Atlas, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo-SP: Atlas, 1999.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2010.
- GONDIM, Neide **A Invenção da Amazônia**. 2 ed. (Série: Memórias da Amazônia). Manaus-AM: Editora Valer, 2007.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L; ROSENDahl, Z. (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro-RJ: Eduerj, 1999.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. da; COSTA, P.C. da; CORRÊA, R.L. (Org) **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2001.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo-SP: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Revista **GEOgraphia**, Niterói-RJ, ano IV, n.7, p.7-31, 2002.
- HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2003. p.166-205.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2009.



HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília - DF: Embrapa Informação Tecnológica, **Memória Embrapa**. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/109082>. Acesso em: 06 fev. 2020.

LATHRAP, D. **The Upper Amazon**, London-UK: Hames & Hudson, 1970.

LIMA, Anderson Márcio Amaral. A Ecologia de Assentamentos, interações sociais e o contexto geográfico dos muiraquítas no Baixo Amazonas. In: **Cadernos Lepaarq**, V.XV, n: 30, 2018.

LOPES, Rafael Cardoso Almeida. **A tradição policroma da Amazônia no contexto do médio Amazonas (Am)**. 2018. 393 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Departamento de Arqueologia. Laranjeiras – SE: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

MACHADO, J. S. Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo-SP, v. 49, n. 2, p. 1-44, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://encurtador.com.br/lwGM2> Acesso em: 21 fev. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo-SP: Editora Atlas, 2003.

MATOS, E. S. **A Complexificação da Organização Social das Sociedades**: um exemplo da Amazônia. 2014. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) - Departamento de Arqueologia. Laranjeiras – SE: Universidade Federal de Sergipe, 2014.

MEGGERS, B. Amazonia on the Eve of European Contact: Etnohistorical, Ecological, and Anthropological Perspectives. **Revista de Arqueología Americana**, 8, 1995.

MEGGERS, B. **Amazonia**: Man and Culture in a Counterfeit Paradise. 2 ed. Harlan Davidson, Inc, Arlington Heights, 1996.

MILLER, E. T. **Pesquisas Arqueológicas no Território Federal de Rondônia**. Resultados preliminares. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônia. ALBANESE-PRONAPABA/SI-MARSUL. 19/08 a 14/11/1980. 1980.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Quando o Amazonas corria para o Pacífico**: Uma história desconhecida da Amazônia. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.



MORAES, Cleide de Paula. **O Ano 1000:** territorialidade e conflitos no tempo das chefias regionais. 2013. 433 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAES, Cleide de Paula **O determinismo agrícola na arqueologia amazônica.** Estudos Avançados, Santarém - PA, v. 83, n. 29, 10 fev. 2015. Disponível em. <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/105057>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MORAES, Cleide de Paula ; NEVES, Eduardo. G. **O Ano 1000:** Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. Amazônica - Revista de Antropologia, v. 4, n. 1, jun. 2012. Disponível em.<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/884>. Acesso em: 19 mai. 2020.

NEVES, Eduardo. G. Arqueologia da Amazônia. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Zahar, 2006.

NOELLI, F. As Hipóteses sobre os Centros de Origem e as Rotas de Expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, n. 39, 1996, p. 7-53. Disponível em. <https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/231>. Acesso em: 05 abr. 2023.

NUNES FILHO, E. P. Modelo de desenvolvimento local na Amazônia Pré-Colonial: complexidade cultural e modernidade em sociedades pré-coloniais da Amazônia. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 1, n. 2, p. 99-109, 2011.

OLIVEIRA, Adélia E. Ocupação Humana. In: SALATI, E. et al. **Amazônia:** desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo-SP: Brasiliense/CNPq, 1983.

OLIVEIRA, J. A. A invenção geográfica da Amazônia. **Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE** Fortaleza-CE, v. 3, n. 5, jul. dez. 2014. Disponível em: <http://seer.uece.br/geouece>. Acesso em: 10 dez. 23.

PINTO, Renan F. (Org.). **O Diário do Padre Samuel Fritz.** Manaus-AM: Editora Edua - UFAM, 2006.

PORRO, Antônio. **As crônicas do Rio Amazonas.** Petrópolis - RJ: Vozes, 1992.

PORRO, Antônio. **O Povo das Águas:** Ensaios de Etno-história Amazônica. São Paulo-SP: 1995.

PORRO, Antônio. **Dicionário Etno-histórico da Amazônia Colonial.** São Paulo-SP: Instituto de Estudos Brasileiros - IEB, 2007.



- ROOSEVELT, A. C. Arqueologia amazônica. In: **História dos Índios no Brasil**. São Paulo-SP: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2009.
- SACK, Robert D. **Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Francisco J. dos. **História do Amazonas**. Rio de Janeiro-RJ: Memvavmem, 2010.
- SCATAMACCHIA, M. C. M. Considerações sobre a distribuição das sociedades tribais de filiação linguística Tupi-guarani no Estado de São Paulo. In: **PROUS, André; LIMA, Tania Andrade. (Org.). Os Ceramistas Tupiguarani**. Belo Horizonte-MG: Sigma, 2008.
- SILVA, Márcia V. da. **Reterritorialização e Identidade do Povo**: Omágua/Cambeba na Aldeia Tururucari-Uka. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia Humana, Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus-AM, 2012.
- SOUZA, Rosemeire O. **Omágua**: A invenção e trajetória de uma categoria étnica colonial no Alto Amazonas Séculos XVI-XVII. 2014 188 f. Tese (Doutorado de História) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo-SP,2014.
- SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo-SP: UNESP, 2004.
- STEWARD, Julian Haynes. **Handbook of South American Indians**. Washington: Government Printing Office, 1948.
- TURTERA PEREIRA, D. L. **Expansão dos tupi-guarani pelo território brasileiro**: Correlação entre a Família Linguística e a Tradição Cerâmica. Revista Tópos, [S. l.], v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hmqvA>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- UGARTE, Auxiliomar S. **Sertões de Bárbaros**, Ó mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI – XVII). Manaus-AM: Editora Valer, 2009.

Apresentado em 26/07/2024

Aprovado em 04/11/2024